



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2024, de 03 de maio de 2024.

Institui a Política Municipal de Mobilidade Urbana para o Município de Medianeira, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA, Estado do Paraná, aprovou, e, o Prefeito sanciona a seguinte

L E I:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

Art. 1º A Lei da Política Municipal de Mobilidade Urbana atende a Política Nacional de Mobilidade Urbana, devendo ser interpretada e aplicada conforme seus princípios, objetivos e diretrizes.

Art. 2º A Política Municipal de Mobilidade Urbana estrutura-se conforme as seguintes leis e documentos de referência:

- I – Lei da Política Municipal de Mobilidade Urbana;
- II – Lei do Plano Municipal de Mobilidade Urbana;
- III – Lei do Plano de Ações e Investimento.

Parágrafo único. A Lei do Plano Municipal de Mobilidade Urbana será o documento de referência técnica, compreendendo a fundamentação e o detalhamento das propostas contidas nos demais documentos normativos supramencionados, devendo ser submetido à revisão periódica não superior a 10 (dez) anos.

CAPÍTULO II

OBJETIVO, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

Art. 3º A Política Municipal de Mobilidade Urbana possui como objetivo principal a promoção da mobilidade urbana associada aos princípios do desenvolvimento sustentável, a qual será efetivada por meio de uma gestão participativa, com a priorização da integração do transporte público coletivo e do transporte não motorizado.

Art. 4º A Política Municipal de Mobilidade Urbana deverá ser interpretada e implementada com base nos seguintes princípios:

- I – acessibilidade universal;
- II – desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais;
- III – equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo;
- IV – eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte e na circulação urbana;
- V – gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Municipal de Mobilidade Urbana;
- VI – segurança nos deslocamentos das pessoas;



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA ESTADO DO PARANÁ

VII – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços de transporte.

Art. 5º A Política Municipal de Mobilidade Urbana deverá ser conduzida com o intuito do atendimento dos seguintes objetivos:

- I – reduzir as desigualdades e promover a inclusão social;
- II – promover o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais, em especial às pessoas com deficiência;
- III – proporcionar melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade;
- IV – promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas;
- V – consolidar a gestão democrática e participativa como instrumento de implementação da Política Municipal de Mobilidade Urbana;
- VI – garantir a construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana.

Art. 6º A Política Municipal de Mobilidade Urbana deverá ser implementada em obediência às seguintes diretrizes:

- I – priorização do transporte não motorizado sobre o motorizado;
- II – promoção do acesso integral aos serviços de mobilidade;
- III – deslocamento de cargas e pessoas de forma eficiente e eficaz;
- IV – mobilidade segura;
- V – integração das políticas municipais de desenvolvimento urbano.

TÍTULO II SISTEMA DE MOBILIDADE URBANA DE MEDIANEIRA

Art. 7º O Sistema de Mobilidade Urbana de Medianeira é composto pela infraestrutura necessária aos distintos modos de transporte e pela estrutura administrativa, que suportam e gerem o deslocamento de pessoas e mercadorias no município.

CAPÍTULO I MODOS DE TRANSPORTE

Art. 8º Os modos de transporte no Município de Medianeira compreendem os modos motorizados e não motorizados, destinados à mobilidade de pessoas e mercadorias.

§ 1º São considerados modos de transporte motorizados todas as formas de deslocamento de cargas e pessoas utilizando meios que necessitem de máquinas motoras à base de combustíveis e/ou eletricidade.

§ 2º São considerados modos de transporte não-motorizados todas as formas de deslocamento de cargas e pessoas utilizando equipamentos à base de tração humana sendo incluída, nesta categoria, a caminhada.

Art. 9º As ações públicas atinentes aos modos de transporte motorizados deverão ser conduzidas com base nos seguintes princípios:

- I – participação pública na tomada de decisões;
- II – transparência e publicidade das medidas adotadas;
- III – priorização da segurança dos pedestres;
- IV – priorização dos modos de transporte que utilizem combustíveis renováveis e/ou eletricidade;



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA ESTADO DO PARANÁ

- V – priorização do transporte motorizado coletivo sobre o individual;
- VI – integração com os modos de transporte não-motorizados;
- VII – integração da zona rural com a área urbana municipal;
- VIII – conscientização da população sobre educação no trânsito, consciência ambiental e cívica sobre os impactos que os modos de transporte acarretam no ambiente natural, sobre a segurança e saúde públicas;
- IX – priorização da acessibilidade universal.

Parágrafo único. Os serviços de transporte motorizados privados, prestados entre pessoas físicas ou jurídicas, deverão obedecer aos princípios estabelecidos nesta Lei Complementar, bem como aos regramentos determinados na Lei do Plano Municipal de Mobilidade Urbana.

Art. 10. As ações públicas atinentes aos modos de transporte não-motorizados deverão ser conduzidas com base nos seguintes princípios:

- I – participação pública na tomada de decisões;
- II – transparência e publicidade das medidas adotadas;
- III – priorização da segurança dos pedestres e ciclistas;
- IV – integração com os modos de transporte motorizados, principalmente com o transporte público coletivo;
- V – incentivo na adoção de modos de transporte não-motorizados sobre os motorizados;
- VI – conscientização da população sobre os benefícios da utilização de modos de transporte não-motorizados, sobretudo nos aspectos ambientais, de segurança e saúde públicas;
- VII – priorização da acessibilidade universal.

Parágrafo único. Os modos de transporte não-motorizados privados deverão obedecer aos princípios estabelecidos nesta Lei Complementar, bem como aos regramentos determinados na Lei do Plano Municipal de Mobilidade Urbana e na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

CAPÍTULO II INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E MOBILIDADE

Art. 11. São classificadas como componentes da infraestrutura de transporte e mobilidade de Medianeira as seguintes estruturas:

- I – vias e demais logradouros públicos, inclusive ciclovias;
- II – estacionamentos para veículos motorizados e não motorizados;
- III – terminais, estações e demais conexões;
- IV – pontos para embarque e desembarque de passageiros e cargas;
- V – sinalização viária e de trânsito;
- VI – instrumentos de controle, fiscalização, arrecadação de taxas e tarifas e difusão de informações.

Parágrafo único. A disposição das infraestruturas de transporte e mobilidade são as determinadas pela Lei do Plano Municipal de Mobilidade Urbana.

Art. 12. As ações públicas atinentes à infraestrutura de transporte e mobilidade deverão ser conduzidas com base nos seguintes princípios:

- I – participação pública na tomada de decisões;
- II – transparência e publicidade das medidas adotadas;
- III – priorização da segurança dos pedestres e ciclistas, bem como de utilizadores dos serviços públicos;
- IV – hierarquização das ações e medidas prioritárias para o desenvolvimento viário municipal;



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

V – observância dos regramentos atinentes ao uso e ocupação do solo, bem como do Plano Diretor Municipal;

VI – priorização de alternativas tecnológicas e/ou locacionais que visem à implementação destas estruturas com o menor impacto ambiental possível;

VII – acessibilidade universal de toda a infraestrutura de transporte e mobilidade.

CAPÍTULO III

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 13. A estrutura administrativa, cujas finalidades serão o planejamento, a gestão e a execução das medidas de mobilidade urbana de Medianeira, terá suas ações pautadas nos seguintes princípios:

I – participação pública na tomada de decisões;

II – transparência e publicidade das medidas adotadas;

III – eficiência, eficácia e efetividade na tomada de decisões;

IV – adoção de decisões em respeito ao princípio da impessoalidade.

Art. 14. A estrutura administrativa da Política Municipal de Mobilidade Urbana será composta pela Comissão Especial da Mobilidade Urbana Municipal, na qualidade de órgão de planejamento e gestão da mobilidade urbana municipal, e pelo Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE.

Parágrafo único. A composição dos órgãos indicados no caput deste artigo será regulada por meio de documento normativo próprio, sendo que a Comissão Especial da Mobilidade Urbana Municipal deverá ser composta por no mínimo 5 (cinco) membros de cargos efetivos técnicos afetos às áreas de urbanismo, meio ambiente, administração, segurança pública, finanças e procuradoria e por 1 (um) membro da Diretoria Municipal de Trânsito (MEDTRAN).

Art. 15. Compete à Comissão Especial da Mobilidade Urbana Municipal:

I – realizar o planejamento plurianual das medidas a serem adotadas no âmbito da mobilidade urbana municipal;

II – adotar as ações e medidas necessárias para a implementação da Lei do Plano Municipal de Mobilidade Urbana;

III – avaliar a economicidade e eficiência das ações advindas da Lei do Plano de Ação e Investimentos;

IV – administrar os recursos destinados às ações de mobilidade urbana municipal, respeitando a Lei do Plano de Ação e Investimentos;

V – realizar estudos técnicos que subsidiem a revisão periódica dos instrumentos que integram a Política Municipal de Mobilidade Urbana;

VI – estabelecer um planejamento periódico de ações e medidas a serem adotadas para a mobilidade urbana municipal;

VII – utilizar os instrumentos de controle e fiscalização para garantir a efetividade do Plano Municipal de Mobilidade Urbana;

VIII – realizar a gestão da manutenção da infraestrutura de transporte e mobilidade, segundo o plano de monitoramento constante no Plano de Mobilidade Urbana.

Art. 16. Compete ao Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE:

I – avaliar as demandas municipais e comparar com os termos trazidos na Lei do Plano Municipal de Mobilidade Urbana;



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

- II – deliberar a respeito de eventuais omissões, contradições e obscuridades constantes nos instrumentos que integram a Política Municipal de Mobilidade Urbana;
- III – opinar sobre questões de uso do solo relacionadas com a mobilidade urbana e rural;
- IV – acompanhar a execução do desenvolvimento de programas e projetos relacionados ao Plano de Mobilidade Urbana, conferindo a adequabilidade das ações adotadas pela Comissão Especial da Mobilidade Urbana Municipal;
- V – manifestar-se sobre as propostas de taxas e tarifas e outros preços públicos do sistema de mobilidade, necessários ao alcance dos objetivos do Plano de Mobilidade Urbana;
- VI – analisar dados estatísticos da mobilidade urbana fornecidos pela Comissão Especial da Mobilidade Urbana Municipal, sobretudo a partir do plano de monitoramento contemplado no Plano de Mobilidade Urbana;
- VII – apresentar, para a Comissão Especial da Mobilidade Urbana Municipal sugestões de alteração e/ou complementação dos instrumentos que integram a Política Municipal de Mobilidade Urbana, sobretudo em relação às ações a serem adotadas;
- VIII – requerer, junto a Controladoria do Município de Medianeira, quando julgar pertinente, auditorias relativas às concessões públicas realizadas pelo poder público municipal.

TÍTULO III

EIXOS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

Art. 17. As ações e medidas a serem adotadas para o Plano Municipal de Mobilidade Urbana estão organizadas em Eixos Estratégicos, para os quais serão adotadas as respectivas Ações Estratégicas.

Parágrafo único. Os Eixos Estratégicos, bem como suas respectivas ações, serão devidamente operacionalizados na Lei do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, em respeito à Lei da Hierarquia Viária Municipal, e fornecendo subsídios para a Lei do Plano de Ação e Investimentos.

CAPÍTULO I

TRANSPORTE PEDONAL

Art. 18. Este Eixo Estratégico possui como objetivo a adoção de ações que visem a implantação e aprimoramento da infraestrutura destinada à mobilidade de pedestres.

Art. 19. O Eixo Estratégico do Transporte Pedonal deve ser conduzido em obediência às seguintes diretrizes:

- I – melhorar a infraestrutura ofertada aos pedestres;
- II – promover a acessibilidade universal;
- III – implementar espaços viários que priorizem o modo de transporte pedonal.

CAPÍTULO II

CICLOMOBILIDADE

Art. 20. Este Eixo Estratégico possui como objetivo a adoção de ações que gerem melhorias na infraestrutura cicloviária, bem como fomentem a sua utilização por residentes e visitantes do município.

Art. 21. O Eixo Estratégico da Ciclomobilidade deve ser conduzido em obediência às seguintes diretrizes:

- I – melhorar a infraestrutura ofertada aos ciclistas de Medianeira;
- II – promover a equidade nos espaços;



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA ESTADO DO PARANÁ

- III – implementar espaços viários que priorizem os ciclistas;
- IV – fomentar a utilização do modal;
- V – atuar para a segurança dos ciclistas na cidade, promovendo a conscientização da população quanto à importância da ciclomobilidade e aos direitos e deveres dos ciclistas.

CAPÍTULO III TRANSPORTE PÚBLICO

Art. 22. Este Eixo Estratégico possui como objetivo o desenvolvimento do transporte público coletivo eficiente e adequado às demandas municipais de mobilidade, incentivando, assim, a adoção do transporte coletivo em detrimento ao transporte individual motorizado.

Art. 23. O Eixo Estratégico do Transporte Público deve ser conduzido em obediência às seguintes diretrizes:

- I – acessibilidade aos espaços;
- II – conforto e segurança;
- III – acessibilidade universal;
- IV – qualificação de infraestrutura;
- V – sustentabilidade financeira.

CAPÍTULO IV TRANSPORTE MOTORIZADO

Art. 24. Este Eixo Estratégico possui como objetivo adequar as vias públicas, a fim de que sejam providas com a infraestrutura adequada para suportar as demandas do transporte motorizado local.

Art. 25. O Eixo Estratégico do Transporte Motorizado deve ser conduzido em obediência às seguintes diretrizes:

- I – melhorar a infraestrutura ofertada aos usuários;
- II – melhorar a mobilidade das vias para o tráfego;
- III – promover a equidade nos espaços;
- IV – ampliar a segurança viária.

CAPÍTULO V ACESSO AO MUNICÍPIO

Art. 26. Este Eixo Estratégico possui como objetivo a melhoria da acessibilidade ao Município de Medianeira, por meio da integração municipal e intermunicipal.

Art. 27. O Eixo Estratégico do Acesso ao Município deve ser conduzido em obediência às seguintes diretrizes:

- I – sinalização indicativa dos principais movimentos;
- II – adequação da sinalização vertical e horizontal;
- III – manutenção das vias;
- IV – readequação do trânsito em vias para o fluxo de passagem no município;
- V – implantação de sinalização de acesso à rodoviária.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

CAPÍTULO VI

TRANSPORTE RURAL E DE CARGAS

Art. 28. Este Eixo Estratégico possui como objetivo melhorias nas infraestruturas para transporte rural e de cargas, e melhorias nas áreas rurais.

Art. 29. O Eixo Estratégico de Transporte Rural e de Cargas deve ser conduzido em obediência às seguintes diretrizes:

- I – promover o deslocamento de cargas de forma eficiente e eficaz;
- II – promover o acesso das áreas rurais aos serviços de mobilidade;
- III – ampliar a segurança viária.

CAPÍTULO VII

TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 30. Este Eixo Estratégico possui como objetivo a melhoria da estrutura do transporte escolar municipal.

Art. 31. O Eixo Estratégico do Transporte Escolar deve ser conduzido em obediência à diretriz de promoção do transporte escolar eficiente e seguro.

CAPÍTULO VIII

REGULAMENTAÇÃO E GESTÃO

Art. 32. Este Eixo Estratégico possui como objetivo a operacionalização da implementação dos demais Eixos Estratégicos supramencionados, por intermédio da implantação de uma estrutura administrativa adequada a esta finalidade.

Art. 33. O Eixo Estratégico de Regulamentação e Gestão deve ser conduzido em obediência às seguintes diretrizes:

- I – promover as regulamentações necessárias ao funcionamento adequado do sistema de mobilidade urbana;
- II – definir meios para sistematizar a concessão da publicidade urbana afim de subsidiar infraestruturas de mobilidade.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 34. Os instrumentos da Política Municipal de Mobilidade Urbana, elencados no art. 2º desta Lei Complementar, deverão ser aprovados e publicados num prazo máximo de 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei Complementar.

Paço Municipal José Della Pasqua, Medianeira, 03 de maio de 2024.

Antonio França Benjamim
Prefeito